

## Gerações de Leis de Proteção de Dados

Houve, ao longo do tempo, um amadurecimento das leis de proteção de dados até que surgissem as que conhecemos atualmente, autônomas e atreladas a direito fundamental. **Victor Mayer-Schonverger** menciona 4 diferentes gerações de leis de proteção de dados.

### 1ª Geração

Na 1ª Geração, as leis eram voltadas ao Estado, em um momento inicial da tecnologia de informação atual. Essa geração trata o dado informatizado como fim em si mesmo. Criou um sistema de controle e autorização de dados pessoais, na década de 1970.

### 2ª Geração

A 2ª Geração, que se iniciou em 1978, é marcada pela diáspora dos bancos de dados. Tal geração não mais fixava suas atenções em dados informatizados, mas nos próprios direitos dos cidadãos, como a privacidade e a proteção de dados pessoais. Permitia a tutela do cidadão sobre seus dados.

### 3ª Geração

A 3ª Geração (1980) trouxe um aprimoramento das leis anteriores, impondo efetividade na liberdade de fornecer, ou não, os dados pessoais. Aqui, surgiu o conceito de **autodeterminação informativa** que, em seus primórdios, era cara e restrita.

### 4ª Geração

Finalmente, a 4ª Geração, dos dias de hoje, tem a compreensão de que não cabe somente ao indivíduo tutelar seus dados, mas também ao Estado. A maior referência desta geração é o **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR – Europa)**, no qual foi baseada a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) do Brasil**.

## Princípios da proteção de dados pessoais

A **Convenção de Strasbourg** e as convenções da **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)** trazem 5 grandes princípios da proteção de dados pessoais:

1. Publicidade para os protagonistas de seus dados, sobre o que está armazenado;
2. Exatidão;
3. Finalidade;

4. Livre acesso; e
5. Segurança física e lógica.

Mas esse rol não é taxativo. Existem outros princípios, como a publicidade, a liberdade, a igualdade, a garantia contra a discriminação, a liberdade de expressão.